

# CONTROLE INCERTO: A ESTRATÉGIA COLOMBIANA DE EMPREGO DO CIBERESPAÇO PARA ENFRENTAMENTO DE AMEAÇAS À SEGURANÇA NACIONAL

## UNCERTAIN CONTROL: THE COLOMBIAN STRATEGY OF USING CYBERSPACE TO CONFRONT THREATS TO NATIONAL SECURITY

FERNANDO HENRIQUE CASALUNGA

### RESUMO

O objetivo do ensaio é compreender como os avanços científicos e tecnológicos podem fortalecer as instituições securitárias da Colômbia para que atendam efetivamente aos interesses nacionais. Com base em documentos oficiais, verifica facetas importantes que influenciam o desenvolvimento da estratégia nacional, enfatiza como as Forças Armadas têm se transformado em função da integração de novas tecnologias da informação como a pedra angular das capacidades de defesa, e por fim, apresenta um mapeamento das principais estruturas responsáveis pela inteligência, com ênfase no papel estratégico desempenhado no enfrentamento aos desafios contemporâneos associados à segurança. Para tanto, utiliza a abordagem qualitativa de análise documental historiográfica para examinar minuciosamente o conteúdo de fontes originais recentemente divulgadas pelo Estado colombiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ameaças; Ciberespaço; Inteligência; Segurança Humana.

### ABSTRACT

This essay seeks to clarify how Colombia's security institutions can be strengthened by scientific and technical advancements to better serve the country's interests. Drawing from official documents, it explores key aspects that impact the formulation of national strategy, highlights the transformation of the Armed Forces as a result of the integration of new information technologies as the cornerstone of defense capabilities, and concludes with a map of the key intelligence structures, emphasizing their strategic role in addressing current security challenges. To this goal, it thoroughly examines the content of original sources recently provided by the Colombian State using the qualitative method of historiographical documentary analysis.

**KEYWORDS:** Threats; Cyberspace; Intelligence; Human Security.

### O AUTOR

Doutor em Ciência Política (UFRGS/2024), Mestre em Ciência Política (UFPE/2020), Bacharel em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais (UFPE/2019), Bacharel e Licenciado em História (UNESP/2010). Realizou instância de investigação doutoral no Instituto Universitário de Lisboa (Portugal). Membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa; Associação Brasileira de Ciência Política e dos grupos de pesquisa do CNPq ‘O Brasil e as Américas’ e ‘Segurança e Política Internacional’. Pesquisador do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) no ciclo 2024-2025.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio é o terceiro de uma série de cinco produtos que serão desenvolvidos pela linha de pesquisa ‘Inteligência’ do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), no âmbito do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) até 2025<sup>1</sup>.

Na Colômbia, o processo eleitoral que conduziu Gustavo Petro ao cargo de presidente em 2022, marca um momento histórico significativo<sup>2</sup>. Sua ascensão como primeiro membro da esquerda a se tornar chefe de Estado simbolizou uma mudança no cenário político interno, tradicionalmente dominado por forças conservadoras. Com a pretensão de implementar reformas profundas para alavancar o desenvolvimento nacional, a administração tem enfrentado desafios como a resistência de setores empresariais e dificuldades em aprovar os planos no Congresso.

Recentemente, o governo eleito publicou documentos oficiais focados numa nova abordagem da segurança nacional que busca redefinir o conceito tradicional, priorizando o bem-estar social, direitos humanos e proteção ambiental, ao invés de uma ênfase exclusiva na força militar. A proposta que visa adotar a noção de segurança humana tem enfrentado resistência entre aqueles que defendem uma visão tradicional do conceito.

O descrédito se dá em razão de que a realidade da defesa e segurança pública na Colômbia se acha circunscrita por um longo período de conflitos internos e insurgências, que instaram o Estado a adotar uma abordagem securitária envolvendo tanto forças militares quanto policiais em ações conjuntas<sup>3</sup>. Esse modelo, no entanto, gerou debates sobre a militarização da segurança pública e seus impactos na esfera civil. Se por um lado a parceria entre as forças de segurança foi considerada eficaz em reduzir os índices de violência ligados ao narcotráfico e à insurgência, por outro não se pôde furtar às críticas de abusos de poder e violações de direitos humanos, principalmente em zonas de conflito.

Embora a presença militar em operações de policiamento levante questões sobre a capacidade da polícia civil em manter a ordem pública de maneira autônoma, a proposta do governo, de redefinir a segurança pública, com maior foco na segurança humana, busca reequilibrar essa relação, enfatizando a integração entre instituições civis e a militares em questões de ordem interna.

Todavia, a governo sustenta que a implementação do novo conceito deve caminhar *pari-passu* ao processo de aprimoramento das capacidades tecnológicas de que dispõem as forças securitárias nacionais. Uma vez que, ao permitir uma melhor adaptação para enfrentar as ameaças contemporâneas, a modernização se reflete em abordagens mais dinâmicas e sofisticadas, auxiliando não apenas nas operações, mas também na redução de dependência excessiva da força, permitindo uma resposta precisa e proporcional.

<sup>1</sup> Com base nos achados dos ensaios desenvolvidos ao longo deste ciclo, um artigo científico será erigido para comparar a robustez institucional de três países, Reino Unido, Brasil e Colômbia. Por fim, os subsídios deste ciclo darão origem a um *Policy Paper* que deverá indicar possíveis implicações e recomendações ao Exército brasileiro.

<sup>2</sup> Gustavo Petro teve uma trajetória marcada por seu envolvimento no grupo guerrilheiro M-19 durante a década de 1980, uma organização que buscava reformas políticas na Colômbia e que, após um acordo de paz, se desmobilizou em 1990. Petro, após deixar a guerrilha, se dedicou à política institucional, destacando-se como congressista e denunciando a corrupção e os vínculos de setores políticos com o narcotráfico. Sua trajetória como líder de oposição e defensor de causas sociais o levou a fundar o partido Colômbia Humana, de orientação progressista. A partir daí, Petro consolidou seu apoio entre movimentos sociais, ambientalistas e setores populares, culminando em sua eleição presidencial em 2022, representando uma mudança histórica no cenário político colombiano.

<sup>3</sup> Desde o início da luta contra as guerrilhas até o combate ao narcotráfico, o Exército colombiano e a Polícia Nacional têm trabalhado de forma integrada em operações de segurança interna. A constituição de 1991 legitima essa cooperação, autorizando a atuação militar em questões de ordem pública, principalmente em áreas rurais onde a presença do Estado é mais frágil e onde grupos armados ilegais ainda têm influência.

Ante a relevância da transformação tecnológica para os interesses estratégicos nacionais, nos importa questionar: de que forma os avanços científicos e tecnológicos podem potencializar as instituições securitárias colombianas, as capacitando a enfrentar ameaças de modo assertivo?

Para encaminharmos uma resposta razoável ao problema, proponho sustentar o argumento hipotético-dedutivo de que a incorporação de novas tecnologias da informação pelas estruturas securitárias tem efeito positivo não apenas sob a capacidade de resposta operacional, mas também, da implementação de uma estratégia de segurança mais ampla.

Com o intuito de verificar sua plausibilidade, este ensaio emprega metodologia qualitativa para análise documental historiográfica das diretrizes oficiais dadas às instituições securitárias colombianas com o intuito de torná-las mais robustas e aptas a desempenharem suas atividades.

De maneira que, se acha dividido em três seções: i) destaca a estratégia de segurança humana da Colômbia; ii) verifica como a defesa têm se transformado para atender aos interesses nacionais; iii) apresenta um mapeamento introdutório das estruturas de inteligência com foco no papel que desempenham no processo de consecução dos objetivos estratégicos nacionais. Por fim, assente nos resultados obtidos, apresento breves considerações sobre os pontos em destaque.

## 2 A SEGURANÇA HUMANA NA COLÔMBIA DE PETRO

Nesta seção examino a estratégia de segurança humana da Colômbia, estruturada para enfrentar uma série de desafios internos e externos que ameaçam a estabilidade e colocam em questão o controle estatal do território.

Publicado em 19 de maio de 2023, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026 (PND) é o documento que define as metas e prioridades do governo para o futuro próximo. Este plano destaca não apenas a relevância estratégica do controle institucional e defesa do território nacional, como também a importância da segurança digital -acesso, uso e exploração de dados- como vetores da segurança humana e da justiça social<sup>4</sup>. Ademais, enfatiza o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental como prioridades centrais (Colômbia, 2023a).

Com a intenção de preparar a Colômbia para se tornar uma potência mundial da vida, capaz de mitigar a emergência de novos conflitos internos, propõe a formulação de políticas públicas que permitam superar “injustiças e exclusões históricas”<sup>5</sup> (Colômbia, 2023a, p. 27). Em sequência, indica a necessidade de transformar as forças produtivas para que se adequem as demandas da realidade contemporânea por maior integração entre processos, proteção societária e ambiental (Colômbia, 2023a)<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Documento formulado em resposta às tratativas entre “comunidades, territórios e setores (...). O objetivo tem sido consolidar um círculo virtuoso entre os diálogos regionais vinculativos (DRV), as discussões com os diferentes atores da sociedade e os componentes deste plano, para que as abordagens trabalhadas sejam validadas e, por sua vez, alimentadas por novas proposta” (Colômbia, 2023a, p. 36). À vista disso, apresenta uma “visão do país [que] envolve a superação da abordagem tradicional baseada na segurança física e defesa. Numa perspectiva mais ampla, o papel do Estado como garantidor de oportunidades de desenvolvimento é enfatizado ao viabilizar os pilares necessários para superar as privações e expandir as capacidades” (Colômbia, 2023a, p. 74).

<sup>5</sup> Conforme consta: “As injustiças são de natureza muito diversa: econômicas, sociais, ambientais. Diante desta realidade, abundam os sentimentos de indignação; e aqueles que votaram pela mudança percebem que a situação atual é profundamente injusta e que deve ser transformada de forma substancial” (Colômbia, 2023a, p. 27).

<sup>6</sup> O Plano se constitui com base em três elementos fundamentais interconectados, a “organização do território em torno da água; transformação das estruturas produtivas, para que economias limpas e biodiversas substituam a produção intensiva no uso de carbono; e a sustentabilidade acompanhada de equidade e inclusão” (Colômbia, 2023a, p. 27). Adiante, apresenta

Neste ensejo, sublinha o interesse em utilizar os recursos naturais para impulsionar a transformação e promover o desenvolvimento sustentável, explorando energias limpas espera-se transformar setores chave da economia (Colômbia, 2023a, p. 30-31)<sup>7</sup>. Porquanto, reforça o controle territorial como aspecto fundamental para assegurar a consecução dos interesses nacionais (Colômbia, 2023a, 2023).

A confirmação da soberania estatal é encarada como medida assertiva necessária, sendo *mister* o enfrentamento de organizações criminosas que intentam afrontá-la em áreas estratégicas, onde se encontram não apenas recursos naturais, mas comunidades inteiras reféns destes organismos (Colômbia, 2023a).

Em efeito, a mudança institucional proposta em dois eixos objetiva fomentar do desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais, mediante a exploração sustentável das riquezas naturais; e a promoção do estreitamento dos laços entre o público e o privado. A fim de atendê-los, enfatiza a construção de mecanismos e incentivos à gestão eficiente da máquina pública, e formulação adequada de projetos estratégicos (Colômbia, 2023a).

Um segundo aspecto relevante deste processo, diz respeito ao resgate da confiança dos cidadãos nas instituições estatais. Nesse sentido, a narrativa procura reafirmar o Estado como promotor do bem-estar e zelador da paz, cuja finalidade repousa em aprimorar “relação entre as instituições públicas e os cidadãos, procurando responder às suas expectativas e dar respostas atempadas a problemas sociais complexos” (Colômbia, 2023a, p. 237).<sup>8</sup>

Destarte, se nota que as diretrizes para aprimorar a segurança humana<sup>9</sup> e a justiça social refletem a formulação e a implementação de políticas direcionadas à adaptação e mitigação de riscos, proteção de direitos fundamentais e promoção de incentivos ao desenvolvimento socioeconômico. Conforme aponta a Figura 1, o bem estar integral da sociedade depende de dois fatores: a) reformulação do sistema de proteção social; b) expansão de capacidades das instituições securitárias.

---

as seguintes transformações desejadas: “organização do território em torno da água; segurança humana e justiça social; direito humano à alimentação; transformação produtiva, internacionalização e ação climática; convergência regional” (Colômbia, 2023a, p. 35).

<sup>7</sup> De acordo com o documento: “As transformações têm que ser substantivas e têm a ver com a recuperação das bacias; o desenvolvimento de estratégias apropriadas para responder às cheias e secas; a universalização dos aquedutos; a sustentabilidade das cidades; o desenvolvimento do transporte fluvial; a distribuição de terras, como condição básica para aumentar a produtividade agrícola e reduzir a dependência da importação de alimentos; o combate ao desmatamento, à extração mineral ilícita e ao tráfico de drogas; bem como a transformação da matriz energética e a redução da dependência da mineração de petróleo e carvão” (Colômbia, 2023a, p. 30).

<sup>8</sup> O documento aponta aspectos significativos da mudança institucional que o governo vislumbra para a Colômbia: “Será designada uma regulação eficiente e de qualidade, e a transformação do Estado avançará em termos de transparência, digitalização, capacidade de desenvolvimento inclusivo e inovação para combater eficazmente as diferentes formas de corrupção (...) serão realizadas ações de acompanhamento e avaliação de contratações e compras públicas, melhorando a qualidade e abrangência da informação sobre processos contratuais através de dados abertos, fortalecendo a interoperabilidade com outros sistemas de informação e adoção de tecnologias disruptivas (análise de dados e inteligência artificial, entre outros) que permitem identificar riscos de corrupção, anomalias e más práticas na gestão de contratações, e promover o controlo social” (Colômbia, 2023b, p. 237).

<sup>9</sup> Noção de segurança-humana: “centrada no bem-estar integral do indivíduo combina o potencial do Estado para propor uma agenda mais ambiciosa em torno da superação da pobreza e da desigualdade numa direção contínua para a expansão de capacidades através da inclusão social e produtiva da população e prevenção de riscos entendida como a relação entre vulnerabilidade e ameaça” (Colômbia, 2023a, p. 74).

**Figura 1 - Esquema de Segurança Humana**



Fonte: Colômbia (2023a), adaptado pelo autor.

Em relação ao primeiro, recomenda ampliar o acesso da população a novas tecnologias da informação, com o intuito de “desenvolver uma sociedade de conhecimento e tecnologia” (Colômbia, 2023a, p. 72). Mais do que isso, a criação de incentivos a utilização de dados setoriais intercambiáveis entre as mais diversas repartições administrativas, possibilitando o fluxo de informações necessário à criação de políticas que viabilizem a redução das desigualdades sociais<sup>10</sup>.

No tocante ao segundo, acena para iniciativas que visem o “fortalecimento da inteligência e da investigação criminal para potencializar o impacto e o desmantelamento efetivo das estruturas criminosas” (Colômbia, 2023a, p. 91), setor considerado chave para o enfrentamento de ameaças. Haja vista que percebem o êxito da estratégia nacional como função das “capacidades humanas e os meios técnicos de inteligência e constrainteligência, bem como das capacidades de investigação criminal e judicialização (...) [que permitam] compreender sistemas adaptativos complexos e identificar redes criminosas complexas” (Colômbia, 2023a, p. 91).

Conquanto, permanece inequívoca a competência da defesa no enfrentamento às ameaças, enquanto estrutura central responsável pela manutenção da soberania, integridade territorial e da ordem constitucional. A implementação do Sistema Integral de Defesa Nacional (SIDEN) visa suprir eventuais lacunas, o sistema “permitirá atualizar, adquirir e desenvolver capacidades estratégicas conjuntas para a defesa nacional” (Colômbia, 2023a, p. 93), reduzindo a incerteza quanto ao controle estatal do território.

<sup>10</sup>Conforme destacado: “sistema de proteção social universal e adaptativo que forneça uma resposta atempada aos riscos sociais, econômicos e ambientais; a infraestrutura física e de dados para uma boa vida; a proteção da vida e o controle institucional dos territórios para a construção de uma sociedade segura e livre de violência; e justiça para a mudança social com democratização do Estado e garantia de direitos e liberdades” (Colômbia, 2023a, p. 77). Dentre as ações a serem implementadas: “a) construção de um ecossistema de dados setoriais; ii) mapeamento e gestão de sistemas de informação e dados mestres, abertos e de referência; iii) priorização de projetos de uso e intercâmbio de dados; iv) a definição das necessidades de infraestrutura tecnológica para interoperabilidade e utilização da informação” (Colômbia, 2023a, p. 88).

Em que pese se tratar de um documento extenso, aos propósitos deste ensaio, importa destacar o paradoxo que se constitui mediante os efeitos da inserção de novas tecnologias na dinâmica securitária doméstica colombiana. Se por um lado, há o entendimento de que instrumentos de controle e vigilância territorial podem facilitar a atuação resiliente e integrada entre as esferas pública, privada e social. Por outro, a proeminência da inserção de novas tecnologias informacionais no cotidiano da sociedade é descrita como um fator de risco (Colômbia, 2023a).

Conforme a narrativa, a vultuosa quantidade de dados informacionais de entidades das esferas pública e privada armazenada no ciberespaço fez dele um domínio securitário chave, sendo imprescindível a proteção contra “possíveis ataques cibernéticos e crimes informáticos, sob princípios de resiliência e recuperação rápida” (Colômbia, 2023a, p. 95). Por conseguinte, a proteção da infraestrutura de rede e o robustecimento de capacidades encontram-se no cerne do problema que envolve a segurança cibernética<sup>11</sup>.

Já a alta frequência de campanhas de desinformação, vinculadas através de plataformas digitais, impõem a necessidade de contramedidas para “garantir uma gestão adequada e oportuna de tais ameaças, e que tais interações possam ocorrer de forma segura e confiável” (Colômbia, 2023a, p. 94). A esse respeito, preconiza a criação da Agência Nacional de Segurança Digital e Assuntos Espaciais (ANSDA)<sup>12</sup>.

A despeito disso, de nosso particular interesse analítico, o desenvolvimento técnico-científico é descrito como aspecto fundamental para assegurar as capacidades necessárias ao desempenho eficiente das funções reservadas às forças securitárias. Razão pela qual, reforça o interesse em fortalecer as cadeias produtivas da indústria de defesa, mediante a construção de “alianças estratégicas com os setores público, privado e acadêmico, que incorporam diretrizes para o uso comercial de ativos intangíveis e direitos de propriedade intelectual” (Colômbia, 2023a, p. 97)<sup>13</sup>.

Não obstante, sublinha que a condução das atividades do setor deve observar critérios como transparência, legitimidade e integridade, a fim de evitar possíveis violações a princípios fundamentais de direito público. Assim, o uso de novas tecnologias da informação contribui para otimizar recursos, facilitando o andamento de processos, e reduzindo a probabilidade de erros judiciais (Colômbia, 2023a, p. 97)<sup>14</sup>. Sob esse aspecto, cumpre ressaltar que torna mandatório às atividades de avaliação, monitorização e controle ambiental, nos seus mais diversos setores produtivos, considerarem os interesses das comunidades diretamente envolvidas e/ou afetadas.

<sup>11</sup> O conceito que se refere a garantia de “prestaçāo contínua dos serviços oferecidos pelas entidades públicas e o estabelecimento de diretrizes técnicas para a adoção de padrões e boas práticas sobre o assunto” (Colômbia, 2023a, p. 95). Como medida a ser implementada, prevê a criação de um observatório para lidar com os riscos e ameaças digitais.

<sup>12</sup> Trata-se de um órgão subordinado ao poder executivo através da Direção Nacional de Segurança Digital (DNSD) cujas principais atribuições são o planejamento e coordenação de “atividades que promovam a preparação e resiliência do país” (Colômbia, 2023a, p. 94). Sua missão aponta para a constituição de uma cultura que promova o uso confiável das tecnologias de informação; e o estabelecimento de propostas que assegurem o combate eficiente às ameaças e riscos digitais (Colômbia, 2023a, p. 94-95).

<sup>13</sup> A modernização permitirá a condução das atividades, afinadas em conformidade desenrolar do processo de “transformação digital, gestão do conhecimento e inovação, integridade, transparência, redução do risco de corrupção” (Colômbia, 2023a, p. 98) que incide sobre sua estrutura organizacional.

<sup>14</sup> A este respeito, o documento destaca ações a serem implementadas “Serão estabelecidos controles e avaliações objetivas de desempenho para melhorar os processos de investigação e julgamento da Justiça Criminal Militar e Policial (JPMP), a qualidade, a tempestividade e a transparéncia na prestação de seus serviços, com autonomia e independência” (Colômbia, 2023a, p. 97). Como medida assertiva a ser tomada aponta para a formulação de “uma política de Estado única e abrangente de médio e longo prazo para a transformação digital da justiça, focada nos processos de modernização e na utilização de ferramentas TIC para expandir a cobertura e melhorar a qualidade da prestação de serviços de justiça, bem como orientar a sua concepção para que responde às necessidades e capacidades das pessoas” (Colômbia, 2023a, p. 101).

O exame da estratégia colombiana revela uma forte inclinação ao fortalecimento de capacidades que permitam ao Estado utilizar novos engenhos de força como o ciberespaço para promover a segurança humana. Por este prisma, elucida a importância da tecnologia informacional para lidar com as ameaças contemporâneas. Ante a realidade objetiva delineada, na próxima seção procuro identificar como as instituições securitárias nacionais intentam responder à demanda da esfera política.

### 3 MUDANÇA INSTITUCIONAL NAS FORÇAS ARMADAS COLOMBIANAS

Nesta seção descrevo, brevemente, o recentíssimo processo de transformação institucional pelo qual passaram as estruturas responsáveis pela segurança nacional da Colômbia, com atenção à percepção dos atores envolvidos sobre o processo de desenvolvimento técnico-científico como vetor da consecução de interesses nacionais.

Sem embargo, em 2022, o Ministério da Defesa publicou uma nova Estratégia de Defesa Nacional (EDN) (2022-2032) com o intuito de assegurar o desenvolvimento de meios necessários ao cumprimento das competências atribuídas às instituições securitárias nacionais.

Inicialmente, descreve conceitos basilares, assinalando que, na Colômbia, é tênue a divisão que separa os conceitos de Segurança e Defesa, em parte devido ao conflito interno com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia Exército Popular (FARC-EP) que afetou o controle estatal sobre o território nacional por décadas. Voltaremos a este ponto na seção quatro.

A segurança é compreendida como “a percepção de ausência de ameaças<sup>15</sup> que comprometam a existência, a propriedade, os interesses, os valores ou o modo particular de ser de quem o percebe” (Colômbia, 2022, p. 8), a noção abarca duas dimensões distintas -pública e societária- com implicações particulares<sup>16</sup>. Por sua vez, a defesa exprime a condição do emprego de organismos e estruturas militares em atendimento às demandas securitárias, simboliza o vetor que propicia a segurança nacional em acordo com o disposto na Constituição Política da Colômbia (CPC) de 1991, e na Resolução 0201 do MD de 2021 (Colômbia, 2022)<sup>17</sup>.

Segurança deve ser interpretada como a situação em que uma nação se protege da destruição ou agressão estrangeira. A defesa, portanto, entendida em sentido lato, é o fator que deve preservar as estruturas políticas, jurídicas e econômicas. Ou seja, deve preservar os elementos constitucionais (no sentido de configuração) do Estado: o território, o Povo e o poder organizado e soberano (Buchan e Mackinstosch, 1975, *apud* Colômbia, 2022, p. 8).

Curiosamente, em que pese se tratar de um documento publicado em 2022, portanto, um ano antes da PND (2023), a noção de segurança humana é apresentada como um dos pilares

<sup>15</sup> Compreende-se por ameaça: “fenômeno que constitui uma possível causa de risco ou danos aos interesses nacionais e aos propósitos essenciais do Estado colombiano e que, dependendo de sua gravidade, podem causar efeitos negativos nos interesses nacionais, na vida, na propriedade, nas infraestruturas ou nos recursos naturais” (Colômbia, 2022, p. 36).

<sup>16</sup> De acordo com o documento depreende-se que a responsabilidade pela segurança pública compete ao governo ao qual cabe zelar pelo “controle da sociedade dentro do que é considerado o Estado” (Colômbia, 2022, p. 8), enquanto que a cidadã, diz respeito a preservação normativa e legal societária, e se constitui por intermédio da promoção de “ações que são implementadas com o objetivo de proteger a propriedade privada e a integridade das pessoas” (Colômbia, 2022, p. 8).

<sup>17</sup> Segundo destaca a CPC (1991) “A nação terá Forças Militares permanentes compostas pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica para sua defesa. As Forças Militares terão como finalidade primordial a defesa da soberania, da independência, da integridade do território nacional e da ordem constitucional” (Colômbia, 2022, p. 10). Consonante a este entendimento, a Resolução 0201 define a defesa nacional como: “As ações que são implementadas com o objetivo de proteger a soberania, a independência e a integridade do território nacional, bem como a ordem constitucional e os interesses do país nos campos terrestre, marítimo, aéreo, espacial e cibespacial diante de qualquer tipo de ameaça ou situação que represente um risco ou ameaça interna ou externa, que pode ser convencional ou não convencional” (Colômbia, 2022, p. 10).

do setor. Desse modo, o documento sublinha que ações para alcançar este objetivo dependem de uma compreensão acurada das “tendências, riscos e ameaças que afetam direta ou indiretamente a Defesa Nacional” (Colômbia, 2022, p.6-7). Outrossim, o enfoque sobre o planejamento das atividades de defesa considera implicações práticas para a manutenção da segurança nacional, com atenção à promoção da dimensão humana que a integra<sup>18</sup>. A figura 2 apresenta os objetivos a serem perseguidos por estas estruturas.

**Figura 2 - Interesses Estratégicos Nacionais**



Fonte: Colômbia (2022), adaptado pelo autor.

A proteção das riquezas naturais e a garantia de sua exploração sustentável é considerada central para o setor, responsável por zelar por ativos estratégicos que compreendem não apenas recursos hídricos e minerais, mas também as infraestruturas críticas (Colômbia, 2022, p. 21). Tendo em conta o requerido, em âmbito doméstico, o combate às organizações que procuram se apropriar do patrimônio público com o intuito de exercerem atividades ilícitas representa um grande desafio, a situação se

<sup>18</sup>As atividades que concernem ao setor devem se pautar pela observação estrita às crenças, princípios e valores que sustentam a união societária nacional “entendidas como o produto lógico de inter-relacionar conceitos para conceber o mundo de determinada forma, moldando a forma de se comportar e conduzir as ações [em acordo com a CPC (1991)] (...) A Colômbia é um estado social de direito. Fundada na dignidade humana, como princípio norteado pela interpretação normativa e organização sociopolítica do Estado. (...) respeito pela dignidade humana, Trabalho e solidariedade das pessoas que o compõem, e na prevalência do interesse geral” (Colômbia, 2022, p. 10-11).

agrava ao passo em que estes grupos têm recorrido, com frequência, a novos domínios de guerra para exercerem pressão sobre o Estado<sup>19</sup>.

Um importante meio utilizado por algumas organizações criminosas ou extremistas é o ataque cibernético onde é testada a força cibernética de um Estado [...]. Com força crescente, os ataques cibernéticos se consolidarão como uma tendência que gerará problemas em termos de segurança e defesa nacional. Não só haverá ataques contra objetivos e redes militares, mas também contra todos os sistemas que garantem e procuram satisfazer as necessidades básicas das pessoas, tais como serviços públicos, infraestruturas, transportes e sistemas financeiros. (Colômbia, 2022, p. 29).

No tocante à esfera de informação, denuncia o seu uso frequente por Estados e setores da sociedade civil para explorar vulnerabilidades de adversários regionais, à exemplo de campanhas orquestradas pela Venezuela. O denominado fator informativo é percebido como um dos elementos fulcrais da guerra híbrida que tem por objetivo “expor os cidadãos à desinformação em grande escala, ou seja, ao acesso a informações enganosas ou completamente falsas. É conhecida como pós-verdade ou mentiras que movem emoções e distorcem a realidade” (Colômbia, 2022, p.72)<sup>20</sup>.

Em conflitos híbridos, acredita-se que novas tecnologias, combinadas com um maior nível de inovação, algoritmos, novos conceitos, previsão e recursos que servem como recursos para alcançar a vitória, que no final, é o resultado de melhorias nas armas capacidades, obtendo dados e informações que levam a um processo de tomada de decisão mais rápido e à implementação de ações em menor tempo (Colômbia, 2022, p. 43).

Em resposta ao problema, o documento sublinha o desenvolvimento e domínio de novas tecnologias como fator imprescindível. Razão pela qual, reserva seção específica à descrição do estado da arte dos conflitos contemporâneos sob a perspectiva da quarta revolução industrial, fenômeno apontado como a “fusão e hiper conexão de tecnologias físicas, digitais e biológicas, influenciando profundamente a forma como a guerra é travada” (Colômbia, 2022, p. 43)<sup>21</sup>.

<sup>19</sup>Classificados entre Grupos Armados Organizados (GAO) transnacionais, e Grupos Armados Organizados Regionais (GAOR) com foco em atuação local, essas agremiações disputam o monopólio da força em âmbito doméstico, e, por vezes, acabam assumindo funções governamentais colocado em questão a própria razão que sustenta a existência do Estado nacional. Tratam-se de associações que exercem o controle sobre o “tráfico de drogas e outras atividades ilegais, mantêm refúgios seguros em países vizinhos e tiram partido das fronteiras porosas para aumentar as suas finanças através destas atividades (Colômbia, 2022, p. 33).

<sup>20</sup>Conforme enfatiza o texto: “A desinformação é uma ameaça à democracia, porque utilizada para difundir ideias e atividades radicais e extremistas, penetra na sociedade, corrói a confiança nas instituições e impede os cidadãos de tomarem decisões livres e informadas. A utilização de campanhas massivas de desinformação em linha gera tensões sociais com graves efeitos na segurança [...] combinada com ataques cibernéticos pode afetar processos eleitorais que ameaçam a segurança interna, [...] pode influenciar decisões de políticas públicas, e debates sociais sobre alterações climáticas, migração, segurança pública, saúde e as finanças” (Colômbia, 2022, p. 72).

<sup>21</sup>Conforme disposto, o contexto global está marcado pela “era da revolução tecnológica, [na qual] a digitalização dos processos cobre mais espaços, fazendo com que os Estados vejam a necessidade de não ficarem para trás: a política, a academia, os negócios internacionais, a indústria, a segurança e defesa entre outros estão em mutação para se juntarem o boom tecnológico” (Colômbia, 2022, p. 73). Sob esse aspecto, o fenômeno tem se manifestado *pari-passu* ao processo no qual o domínio cibernético assume a posição de centro nevrálgico das relações humanas “agente integrador entre o físico e o biológico, onde os processos são mais automatizados e a relação entre o *hardware* e o *software* está cada vez mais próxima (...) O desenvolvimento e implementação de novas tecnologias em robótica, sistemas ciber-físicos, internet das coisas, nanotecnologia, domótica, entre outras, são uma realidade em todos os domínios da vida em sociedade, aumentando as oportunidades de criar e inovar. Uma das desvantagens que esta quarta etapa apresenta é a substituição progressiva do ser humano pela automação de máquinas, instalações e processos; mas ao mesmo tempo oferece oportunidades para a criação de novas carreiras e ofícios” (Colômbia, 2022, p. 75).

Neste ensejo, as capacidades almejadas consideram o domínio cibernético, em suas dimensões física e cognitiva, como chave para assegurar a dissuassão das ameaças que se organizam em torno de atividades ilícitas como “tráfico de drogas, terrorismo, espionagem, ataques cibernéticos, migrações ilegais, entre outros” (Colômbia, 2022, p. 69).

De nosso particular interesse, o investimento em capacidades de uso do ‘poder inteligente’ é descrito como a forma mais adequada para otimizar recursos escassos, permitindo que as atividades reservadas às instituições securitárias “identificar, negar, neutralizar e reduzir os efeitos ou obter vantagens de operações de engano ou interferência por parte de atores estrangeiros ou nacionais” (Alvarez, Baron e Monroy, 2018, *apud*, Colômbia, 2022, p. 69) sejam desempenhadas de modo efetivo.

Dentre as iniciativas a serem implementadas para aprimorar a segurança cibernética, prevê a criação de “um sistema cognitivo de vigilância e alerta de guerra, através do qual são integrados dados de redes sociais, meios de comunicação e mensagens (...) monitorar em tempo real e fornecer alertas oportunos aos decisores” (Colômbia, 2022, p.70). Com isso, se espera promover a ampla circulação de informações interagências sobre as atividades orquestradas com a intenção de provocar desequilíbrios na segurança interna.

O fortalecimento das capacidades cibernéticas, na guerra cognitiva e na inteligência, serão as alternativas para negar ataques e expor o inimigo, dissuadindo-o e proporcionando espaço para a realização de ações ofensivas, a fim de neutralizar definitivamente as ameaças; O Governo colombiano deve desenvolver capacidades de prevenção, detecção e resposta contra estratégias híbridas. A chave está em compreender que os diferentes elementos do poder são utilizados em dimensões e níveis múltiplos simultaneamente e de forma sincronizada (Gutiérrez, 2022, *apud* Colômbia, 2022, p. 70).

Cientes de que a expertise adquirida ao longo de décadas pelas instituições securitárias militares e civis, em função do combate intermitente à uma miríade de fatores de instabilidade, as tornou aptas a identificarem os mecanismos e ferramentas necessários para mitigar a ação de ameaças, o documento vislumbra o “desenvolvimento de produtos tangíveis - armas - ou intangíveis - software” (Colômbia, 2022, p. 74) como medida assertiva para lidar com a complexidade do problema da segurança.

Com o objetivo de mitigar os efeitos perversos do uso de novas tecnologias em espaços cinéticos e/ou cognitivos, assinala o compromisso das Forças Armadas em reestabelecer a confiança da opinião pública na legitimidade de seu papel constitucional, reforçando virtudes como “a transparência no planejamento, ação e apresentação de resultados; além de melhorar permanentemente sua eficácia dentro dos padrões legais e éticos (...) [e organizando] campanhas de informação para evitar a estigmatização dos membros das Forças Armadas” (Colômbia, 2022, p. 71).

Frente ao empenho institucional que se vislumbra, a resiliência é apontada como preceito estratégico basilar, ao que visa alavancar os interesses nacionais e mobilizar a articulação societária para resguardá-los. Concomitantemente, sua operacionalização depende da constituição de “atos administrativos e jurídicos que formalizem a Lei de Defesa e Segurança e a Lei de Mobilização Nacional, entre outros, beneficiando a sobrevivência do Estado, a gestão de um ambiente seguro e, consequentemente, o desenvolvimento” (Colômbia, 2022, p.72).

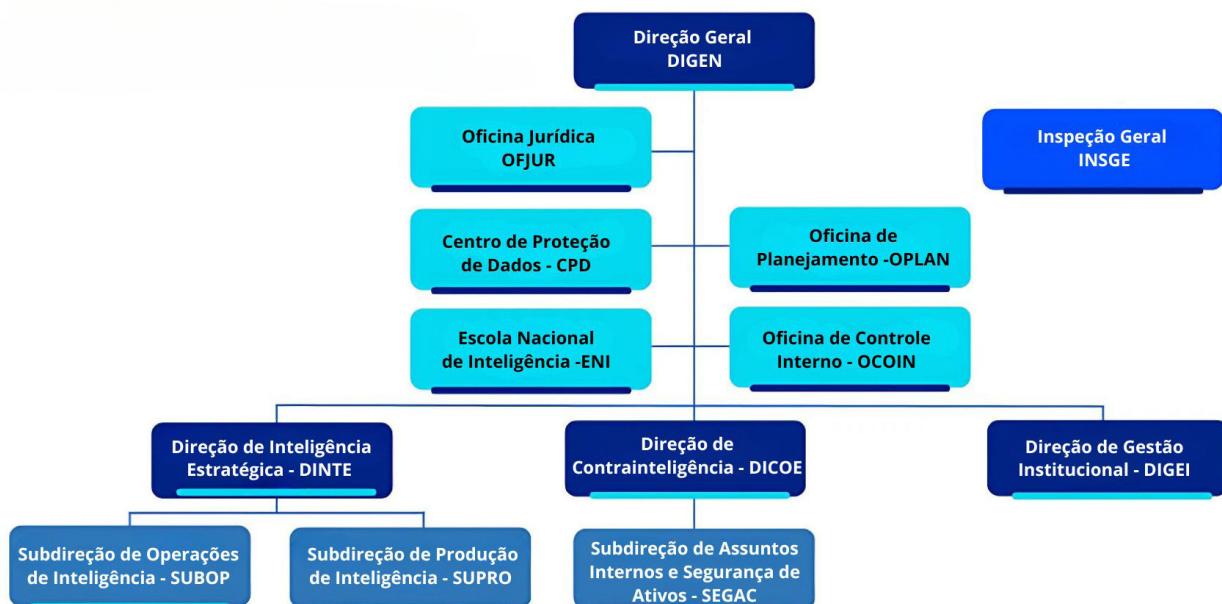
A partir do exame da EDN (2022) verifica-se que a construção de capacidades tem por finalidade disponibilizar os meios necessários para que as instituições securitárias possam exercer o seu papel constitucional, ao passo em que se tornam mais sustentáveis, ágeis e produtivas. Porquanto, essa agenda depende de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, capitaneados por intermédio da cooperação entre os setores público e privado (Colômbia, 2022). Conforme veremos na seção seguinte, as instituições de inteligência jogam um papel central nesta missão.

## 4 INSTITUIÇÕES DE INTELIGÊNCIA NA COLÔMBIA: UM MAPEAMENTO INTRODUTÓRIO

Nesta seção apresento um mapeamento introdutório das estruturas de inteligência colombianas, com enfoque em sua utilidade para combater as ameaças contemporâneas.

A estrutura de inteligência colombiana reflete uma complexa dinâmica de segurança e desenvolvimento que o Estado enfrenta. Nesse cenário, a liderança central na coordenação e supervisão das atividades do setor encontra-se atribuída à Direção Nacional de Inteligência (DNI)<sup>22</sup>, órgão subordinado à Presidência da República, incumbido de articular a política nacional de inteligência e assegurar a integração interagências. A Figura 3 apresenta a espinha dorsal da agência.

**Figura 3 - Estrutura da Direção Nacional de Inteligência (DNI)**



Fonte: Colômbia (2024), adaptado pelo autor.

No tocante à defesa, em suas distintas matizes, se encontram unidades próprias de inteligência concentradas em questões de defesa e segurança interna. Cada qual possui capacidades especializadas que contribuem para uma abordagem abrangente e multifacetada para a segurança nacional (Colômbia, 2013).

Sem embargo, em resposta à PND (2023), o Ministério da Defesa publicou, no mesmo ano, a Política de Segurança, Defesa e Coexistência Cidadã (2022-2026), pontuando diretrizes para alcançar a segurança humana<sup>23</sup> e assegurar as capacidades dissuasórias necessárias ao enfrentamento de ameaças nacionais e transnacionais (Colômbia, 2023b, p. 4). Este documento reforça que o conceito de

<sup>22</sup>Criada em 2011 para substituir o extinto Departamento Administrativo de Segurança (DAS), a DNI se constitui peça-chave na estrutura de inteligência. Dentre as suas principais atribuições, se acha a coordenação e supervisão das atividades referentes a coleta e análise de informações de interesses das lideranças políticas e militares. Mais do que isso, atua em estreita colaboração com outras instituições securitárias, como a Polícia Nacional, para garantir uma abordagem integrada e eficaz durante o ciclo de depuração e uso de dados de inteligência.

<sup>23</sup>O conceito descrito neste documento abarca três componentes fundamentais: liberdade do medo; da escassez; e de viver com dignidade (Colômbia, 2023b).

segurança, se bem compreendido, denota algo mais que a “mera ausência de conflitos violentos, pois, além da violência direta, também se preocupa com a violência indireta (desastres naturais, necessidades básicas, entre outras)” (Colômbia, 2023b, p. 12).

Isso porque, malgrado os efeitos perversos produzidos na Colômbia após a assinatura do Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura (Acordo de Paz), em 2016, que resultaram na ocupação do vácuo de poder deixado pela extinção das FARC-EP por grupos criminosos organizados, o Estado passou a ter de lidar com novos desafios domésticos associados à “multiplicação de atores criminosos, com presença crescente em diferentes territórios, através das práticas ilícitas de controle social” (Colômbia, 2023b, p. 4)<sup>24</sup>.

A disputa ideológica que permeou o embate pelo controle territorial entre a guerrilha e o Estado durante a Guerra-Fria, se transformou num conflito entre as forças securitárias nacionais e grupos criminosos, fator que “implica um maior esforço do Governo e da Força Pública na sua capacidade de análise da complexidade do mundo contemporâneo, esforço que deve permitir a compreensão da dinâmica social, política e econômica, para poder enfrentar os novos desafios” (Colômbia, 2023b, p. 5).

Em resposta, a defesa propõe a implementação de medidas que permitam às forças securitárias atuarem de modo estratégico, no enfrentamento de ameaças que atentam contra “a vida e o livre e pleno exercício dos direitos dos cidadãos tanto em territórios rurais como urbanos, e que se caracterizam pela prática de uma multiplicidade de crimes e delitos” (Colômbia, 2023b, p. 4). Ações que intentam retomar a confiança da população através da construção de “bases sólidas para tecer laços entre a comunidade e as instituições, que permitam aumentar a eficiência da prestação de serviços de segurança e avançar nos processos de reconciliação social” (Colômbia, 2023b, p. 5)<sup>25</sup>.

A contrapartida, os crimes cibernéticos como “a violação de dados pessoais, o acesso abusivo a um sistema informático, a personificação de sites para capturar dados pessoais, transferência não consensual de ativos, uso de *software* malicioso, danos informáticos e obstrução ilegítima de um sistema informático” (Colômbia, 2023b, p. 32) representam uma forte preocupação do poder público, porque abalam a confiança pública nas instituições securitárias e de justiça.

Outrossim, as operações ofensivas têm demonstrado potencial para provocar efeitos cinéticos sobre o funcionamento de infraestruturas críticas, tornando imperioso a criação de “novas capacidades que visem prevenir e combater qualquer ameaça ou incidente de natureza cibernética (...) Isto implica a utilização de capacidades militares contra ameaças (...), ataques ou atos hostis” (Colômbia, 2023b, p. 37).

<sup>24</sup>O documento identifica uma transformação significativa na composição e objetivos das ameaças domésticas contemporâneas, grupo organizados que abandonaram o projeto revolucionário para manter o controle territorial em pequenas localidades onde promovem a exploração “das plantações de coca, a produção e exportação de cocaína, o contrabando, a extorsão, a mineração ilegal, o roubo de combustível, o tráfico de madeira, entre outras atividades ilegais, constituem o principal motivo da violência” (Colômbia, 2023b, p. 15). Conquanto, as suas atividades lucrativas não se encontram mais concentradas, exclusivamente, no tráfico internacional de entorpecentes, à proporção que assolam a população local mediante extorsão em troca de proteção, visando exercer o “controle territorial através da vigilância permanente” (Colômbia, 2023b, p. 16).

<sup>25</sup>A defesa assume o compromisso em promover incentivos que permitam fixar sua legitimidade, especialmente em áreas de contestação da autoridade estatal. De acordo com o documento, tais ações serão ancoradas “numa política de estrito compromisso com os direitos humanos e o direito humanitário internacional, (...) na transparência e na integridade na gestão” (Colômbia, 2023b, p. 5). Dentre os objetivos específicos da política de segurança elencam-se: “a) proporcionar condições de segurança e proteção à vida, à integridade pessoal e aos bens (...); b) Conter o desmatamento e contribuir para a proteção e preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos; c) salvaguardar a integridade territorial, a soberania, a independência nacional e a ordem constitucional; d) reforçar a força pública (...), na sua legitimidade e nas suas capacidades para apoiar a transformação dos territórios” (Colômbia, 2023b, p. 9).

Ante ao cenário, o acesso e uso de novas tecnologias da informação tem por finalidade mitigar os efeitos cognitivos e físicos que possam ser infringidos pela ação das ameaças, fator que torna a defesa do ciberespaço “cada vez mais vital na vida dos cidadãos e das suas instituições” (Colômbia, 2023b, p. 9).

Em termos de defesa cibernética, é prioritário gerar ações para a proteção e defesa das infraestruturas cibernéticas nacionais críticas, bem como prevenir e conter ações que possam violar a informação estratégica do país. Em particular, o desafio é proteger e defender os sistemas informáticos da Força Pública, de forma a garantir o cumprimento de sua respectiva missão constitucional (Colômbia, 2023b, p. 37).

Tendo em conta a problemática exposta, passo a destacar o papel que as instituições de inteligência desempenham no processo de consecução dos objetivos securitários nacionais. Dessa forma, partirei da definição contida na PND (2023) sobre o conceito de inteligência estratégica<sup>26</sup> para verificar como os produtos do setor podem contribuir com o planejamento institucional civil e militar<sup>27</sup>.

Senão vejamos, a política de segurança marca o interesse na criação de incentivos para “fortalecer o sistema de inteligência do Estado. Em específico, a sua análise científica e social, para caracterizar adequadamente os diferentes grupos armados ilegais” (Colômbia, 2023b, p. 50)<sup>28</sup>. Por conseguinte, aponta para a necessidade de formulação de uma Estratégia Nacional de Inteligência e Contraespionagem, que deverá ser capitaneada pelo Ministério da Defesa Nacional (MD), a fim de “compreender as ameaças e gerar contramedidas eficazes para elas” (Colômbia, 2023b, p. 51).

Neste sentido, na esteira de seus antecessores, o Plano Estratégico Setorial e Institucional (2023-2026), publicado, também, em 2023, definiu uma série de orientações às atividades de inteligência e contraespionagem, com o objetivo de assegurar a sua atuação de modo eficaz e conformidade com a legislação nacional e internacional. O conteúdo deste documento assenta sobre a construção de iniciativas para o aprimorar as capacidades do setor. Ademais, registra forte inclinação a cooperação entre diferentes órgãos de segurança (Colômbia, 2023c).

Conforme vimos nas seções anteriores, resta inequívoco que a Colômbia tem enfrentado desafios significativos relacionados a ação de grupos armados ilegais e organizações criminosas que colocam em xeque a soberania do Estado sob o território. À vista disso, a estratégia do DNI aponta para uma resposta adaptativa que envolve a coordenação entre as agências de segurança e a integração de informações que permitam a entrega dos produtos da inteligência em tempo oportuno (Colômbia, 2023c). Daí que a inteligência estratégica orientada a promover a segurança humana, deva ser capaz de lançar mão de novas tecnologias para aprimorar processos de coleta e análise de dados, e, assim,

<sup>26</sup> Atividade reservada à produção de informações de interesse nacional que permite a tomada de decisões assertivas e em tempo oportuno por parte das lideranças políticas e militares, cuja execução eficaz e transparente tem por meta assegurar a proteção de direitos e liberdades fundamentais da população (Colômbia, 2023a).

<sup>27</sup> As instituições responsáveis por atividades de inteligência assumem papel preponderante na preparação e no planejamento de medidas a serem implementadas para salvaguardar os interesses nacionais, haja vista que “historicamente, as Forças Militares Colombianas atuado como o bastião da institucionalidade, a democracia e a soberania territorial num ambiente confuso e volátil, como o que existe no país desde a independência nacional” (Colômbia, 2022, p. 66).

<sup>28</sup> Como medidas assertivas, a esse respeito “serão reforçadas as capacidades de planejamento, análise, recolha, processamento e difusão, bem como a mobilidade, as infraestruturas, as tecnologias de informação, a análise de dados, a inteligência artificial, a segurança das comunicações, o talento humano, além de melhorar os incentivos à carreira, a avaliação e o desempenho profissional, entre outros” (Colômbia, 2023b, p. 51).

anticipar e neutralizar ameaças (Colômbia, 2023c, p. 3-4)<sup>29</sup>.

Destarte, àquelas associadas ao cibercrime, o terrorismo transnacional e os conflitos armados internos, são percebidas como desafios que exigem resiliência por parte das instituições de inteligência. As lacunas podem ser preenchidas com o uso de tecnologias avançadas de monitoramento e processamento de grandes volumes de dados, que propiciem uma visão mais ampla e precisa dos riscos iminentes (Colômbia, 2023c, p. 12-13)<sup>30</sup>.

O Plano reforça o compromisso da inteligência em fornecer produtos que auxiliem a tomada de decisões no mais alto nível hierárquico institucional, reduzindo a incerteza e maximizando a capacidade de ação preventiva. À conta disso, tecnologias modernas, como a inteligência artificial e as ferramentas de vigilância cibernética, se acham cruciais para antecipar os movimentos de atores com intenções suspeitas (Colômbia, 2023c, p. 9-10).

A constrainteligência, por sua vez, é descrita como atividade essencial para identificar e neutralizar ameaças internas e externas que possam comprometer a soberania do Estado e a estabilidade de suas instituições. Razão pela qual, a modernização dos sistemas de segurança cibernética e a utilização de algoritmos de aprendizado de máquina são apontados como meios valiosos para detectar e prevenir ações de espionagem, sabotagem e outros tipos de infiltração (Colômbia, 2023c, p. 10).

Ao alinhar o desenvolvimento tecnológico com os princípios de segurança humana e respeito aos direitos humanos, o Plano traça um caminho para fortalecer a segurança nacional em um cenário de ameaças complexas e em constante evolução (Colômbia, 2023c). Daí, as ferramentas cibernéticas são percebidas como vetores que propiciam retornos crescentes, reduzindo os custos da atividade de inteligência.

Não obstante, para alcançar os objetivos traçados, o documento reforça a cooperação internacional como parte crucial do processo, dada a natureza transnacional de muitas das ameaças. A colaboração com serviços de inteligência estrangeiros é apontada como medida assertiva para garantir o acesso a informações estratégicas globais, ampliando sua capacidade de resposta e permitindo uma atuação coordenada contra ameaças que ultrapassam suas fronteiras (Colômbia, 2023c).

Nota-se que a integração entre as Forças Armadas e outras instituições de segurança é percebida como um elemento necessário à sua implementação, por conseguinte, a colaboração entre estruturas de inteligência como a Direção Nacional de Inteligência (DNI) e a Polícia Nacional espelha esta relação, ao passo em que visa assegurar uma resposta coordenada e assertiva aos problemas de segurança.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, procurei compreender como o desenvolvimento técnico-científico pode robustecer as instituições securitárias. Com base em fontes oficiais, três seções foram destinadas a discutir o planejamento estratégico da Colômbia como um caso simbólico da convicção dos atores estatais nos frutos deste processo.

<sup>29</sup>As competências reservadas às instituições responsáveis pela inteligência não se limitam à defesa física do território, mas abrangem, também, a proteção dos direitos e liberdades da população. Isso inclui o combate à pobreza, à corrupção e às violações dos direitos humanos, áreas em que a tecnologia desempenha um papel fundamental ao permitir uma análise de dados mais detalhada e precisa (Colômbia, 2023c, p. 8-9).

<sup>30</sup>O documento destaca a necessidade de fortalecer a infraestrutura tecnológica da DNI, garantindo que os servidores públicos tenham acesso às ferramentas necessárias para desempenhar suas funções com eficiência. A formação contínua e a capacitação dos agentes de inteligência em novas tecnologias também são aspectos fundamentais para garantir que a instituição esteja preparada para os desafios futuros (Colômbia, 2023c, p. 13-14).

A primeira seção tratou da PND (2023) no tocante à estratégia de segurança humana proposta pela administração Petro, com atenção às medidas preconizadas para impulsionar o desenvolvimento nacional mediante o robustecimento das cadeias produtivas pari-passu ao aprimoramento das capacidades operacionais em novos domínios de guerra como o ciberespaço.

A segunda seção apontou para uma descrição do processo de mudança institucional corrente no âmbito das Forças Armadas colombianas. Cientes de que organizações criminosas que têm se valido da porosidade do domínio cibernético para orquestrarem campanhas de desinformação e/ou cometerem ilícitudes, provocando efeitos perversos que podem variar desde a manipulação da opinião pública até a impossibilidade de provimento de recursos básicos como acesso à água, energia elétrica, transportes, dentre outros.

A estratégia enfatiza a importância da adoção de procedimentos que permitam responder de modo célere e eficaz os desafios impostos por grupos insurgentes, terroristas e/ou narcotraficantes. Deste ângulo, podemos considerá-lo um documento projetado para ser flexível e adaptável, respondendo às mudanças no modus operandi das ameaças e nas condições operacionais, por intermédio da aquisição de informações vitais para salvaguardar a soberania nacional. Em efeito, aborda a modernização das capacidades de defesa como chave para consecução dos objetivos, destacando a colaboração com diferentes órgãos e entidades como parte essencial deste processo.

Por fim, a última seção delineou e ressaltou o papel das instituições de inteligência no combate às ameaças cibernéticas, o tráfico transnacional e o crime organizado cada vez mais sofisticado. Com o intuito de atender a demanda, essas entidades têm passado por reformas significativas, especialmente, com a adoção de novas tecnologias da informação para otimizar o desempenho de suas atividades.

Depreende-se da análise do Plano estratégico setorial que o domínio de ferramentas como a inteligência artificial, vigilância digital e análise de dados, pode melhorar a eficácia das operações, uma vez que contribuem para fortalecer o controle interno, melhorar a transparência e garantir uma atuação mais alinhada com os direitos humanos e as novas diretrizes de segurança do governo.

Em atenção ao questionamento central deste ensaio, os documentos analisados contêm evidências que corroboram o argumento de que a incorporação de novas tecnologias da informação às capacidades operacionais das estruturas de inteligência é percebida pelo Estado como um processo estratégico que terá impacto positivo sobre a eficácia da inteligência.

À guisa de conclusão, com base nos achados é possível afirmar com certo grau de razoabilidade que a alta administração das esferas institucionais civil e militar colombianas esperam a supracitada transformação na inteligência assegure que os produtos do setor sejam entregues em tempo hábil aos decisores que respondem, em última instância, pela formulação e implementação da estratégia de segurança humana na Colômbia, criando assim um círculo virtuoso de estimada valia ao desenvolvimento das cadeias produtivas.

## REFERÊNCIAS

COLÔMBIA. Ley 1621 de 2013: Por medio de la cual se expiden normas para fortalecer el Marco Jurídico que permite a los organismos que llevan a cabo actividades de inteligencia y contrainteligencia cumplir con su misión constitucional y legal, y se dictan otras disposiciones. **Congreso de la República de Colombia.** 2013. Disponível em: <<https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=52706>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

COLÔMBIA. Estrategia de Defensa Nacional (2022-2032). Escuela Superior de Guerra. **Colombia**. 1ºed., Bogotá. Fundación Konrad Adenauer. 2022. Disponível em: <<https://esdeglibros.edu.co/index.php/editorial/catalog/book/161>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

COLÔMBIA. **Plan Nacional de Desarrollo** 2022-2026: Colombia Potência Mundial de la Vida. Departamento Nacional de Planeación. 2023a. Disponível em: <<https://www.dnp.gov.co/Planificacion/Paginas/Plan-Nacional-de-Desarrollo-2022-2026.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

COLÔMBIA. Política de Seguridad, Defensa y Convivencia Ciudadana. **Garantías Para la Vida y la Paz (2022-2026)**. Ministério de Defensa Nacional. 2023b. Disponível em: <https://ddhhcolombia.org.co/wp-content/uploads/2023/05/GARANTIAS-PARA-LA-VIDA-Y-LA-PAZ.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

COLÔMBIA. Plan Estratégico Sectorial / Institucional (2023-2026). **Dirección Nacional de Inteligencia**. 2023c. Disponível em: <<https://dni.gov.co/wp-content/uploads/2024/01/PLAN-ESTRATEGICO-DNI-2023-2026.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2024.

COLÔMBIA. Dirección Nacional de Inteligencia: Inteligencia Estratégica al Servicio del País. **Dirección Nacional de Inteligencia**. 2024. <https://dni.gov.co/la-entidad/estructura-organica-organigrama/>. Acesso em: 03 set. 2024.